

INSTITUIÇÃO ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO LESTE BRASILEIRA

CNPJ 17.763.911/0001-73

Rua José Bezerra de Albuquerque, 210 - Prazeres - Jaboatão dos Guararapes - PE, CEP: 54.315-580

Entidade Filantrópica – conforme Portaria nº 1.005, de 22/09/2017, exarado nos autos do

processo nº 23000.014619/2014-19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SRS. ASSOCIADOS, Submetemos a apreciação de V.Sas. O Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com os pareceres do Conselho Fiscal e do Auditor Independente, demonstrando os fatos relevantes do período. A Diretoria permanece à sua disposição para quaisquer informações que julgarem necessárias.

BALANÇO PATRIMONIAL**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)**

		<u>2021</u>	<u>2020</u>
ATIVO	NE		
<u>CIRCULANTE</u>		<u>27.634.614,55</u>	<u>22.096.046,71</u>
Caixas e Equivalentes de Caixa	04a	19.958.107,33	14.172.122,82
Contas a Receber	05	5.897.536,53	5.261.047,85
Estoques	06	229.580,23	203.504,55
Despesas Antecipadas	04b	1.549.390,46	2.459.371,49
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>42.747.698,91</u>	<u>35.426.560,78</u>
<u>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</u>		<u>255.100,11</u>	<u>371.110,42</u>
Créditos a Longo Prazo	07	255.100,11	371.110,42
<u>IMOBILIZADO</u>		<u>42.448.443,28</u>	<u>35.041.014,85</u>
Bens em Formação	08	8.174.018,52	3.993.340,28
Terreno	08	8.051.775,09	8.030.660,09
Edifícios e Benfeitorias	08	28.057.137,48	26.691.753,43
Instalações	08	3.119.537,93	158.752,39
Móveis, Equipamentos e Outros	08	10.468.605,74	9.614.412,94
Outros Imobilizados	08	38.985,35	42.485,35
(-) Depreciação Acumulada	08	-15.461.616,83	-13.490.389,63
<u>INTANGÍVEL</u>		<u>44.155,52</u>	<u>14.435,51</u>
Custo de Aquisição	08	63.535,85	24.875,16
(-) Amortização Acumulada	08	-19.380,33	-10.439,65
TOTAL DO ATIVO		<u>70.382.313,46</u>	<u>57.522.607,49</u>
PASSIVO			
<u>CIRCULANTE</u>		<u>11.256.485,59</u>	<u>8.609.096,58</u>
Contas a Pagar	04b	6.961.222,83	5.376.148,45
Provisões	09	459.367,79	608.322,13
Fundos em Confiança	09	452.258,49	619.755,88
Adiantamentos de Clientes	09	3.383.636,48	2.004.870,12
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>1.181.667,89</u>	<u>666.393,34</u>
<u>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</u>		<u>1.181.667,89</u>	<u>666.393,34</u>
Obrigações e Empréstimos	10	1.181.667,89	666.393,34
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		<u>57.944.159,98</u>	<u>48.247.117,57</u>
Patrimônio Social	11	48.247.117,57	41.034.637,62
Superávit / Déficit do Exercício	11	9.697.042,41	7.212.479,95
TOTAL DO PASSIVO		<u>70.382.313,46</u>	<u>57.522.607,49</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis

Moises Moacir da Silva
Presidente
CPF 574.345.654-20

Jairo Cesar Silva dos Anjos
Tesoureiro
CPF 517.294.310-20

Gustavo Barbosa dos Santos
Técnico
CRC PE 021083/O-5

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

		2021	2020
<u>RECEITAS OPERACIONAL BRUTA</u>	<u>NE</u>	<u>72.566.869,24</u>	<u>69.822.436,74</u>
<u>RECEITA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS</u>		<u>61.829.927,00</u>	<u>60.543.767,74</u>
Mensalidades Alunos Pagantes - Educação Basica	13	46.678.717,72	44.184.081,69
Mensalidades Concedidas em Bolsas de Estudos - Educação Basica	13	15.151.209,28	16.359.686,05
<u>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA DE EDUCAÇÃO</u>		<u>-21.777.656,78</u>	<u>-22.295.962,00</u>
(-) Concessão de Gratuidades - Educação Basica	14/15	-15.151.209,28	-16.359.686,05
(-) Descontos, Abatimentos e Deduções - Educação Basica		-6.626.447,50	-5.936.275,95
<u>DE DOAÇÕES, SUBVENÇÕES E OUTRAS</u>		<u>10.736.942,24</u>	<u>9.278.669,00</u>
Doações Diversas	17	4.209.057,78	3.700.082,82
Subvenções não Governamentais	17	3.391.210,34	3.037.483,71
Outras Receitas		3.136.674,12	2.541.102,47
RECEITA LÍQUIDA		<u>50.789.212,46</u>	<u>47.526.474,74</u>
<u>CUSTO DO SERVIÇO EDUCACIONAL</u>		<u>24.479.122,92</u>	<u>21.822.377,71</u>
(-) Despesas com Pessoal		22.211.777,43	19.929.108,71
(-) Encargos Sociais e Previdenciários		1.881.145,95	1.647.455,38
(-) Alimentação		22.717,69	6.736,33
(-) Transporte		325.567,75	120.070,27
(-) Uniforme		37.914,10	119.007,02
<u>DESPESAS OPERACIONAIS</u>		<u>16.270.301,22</u>	<u>15.558.155,37</u>
Administrativas e Gerais		14.891.262,31	14.007.126,35
Encargos Tributários		139.359,46	185.836,15
Assistência e Orientação Social		1.239.679,45	873.595,65
Outorgamentos a Entidades Filantrópicas		0,00	491.597,22
<u>RESULTADO OPERACIONAL BRUTO</u>		<u>10.039.788,32</u>	<u>10.145.941,66</u>
<u>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</u>		<u>-1.507.240,28</u>	<u>-3.467.547,04</u>
Receitas Financeiras		1.568.482,25	1.400.418,67
Despesas Financeiras		3.075.722,53	4.867.965,71
<u>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS</u>		<u>1.164.494,37</u>	<u>534.085,33</u>
Outras Receitas	18	1.216.487,60	1.642.585,67
Outras Despesas	18	51.993,23	1.108.500,34
<u>ISENÇÕES USUFRUÍDAS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
(-) Isenções de Contribuições Sociais	25	4.882.544,56	4.173.623,18
Isenções de Contribuições Sociais	25	-4.882.544,56	-4.173.623,18
<u>SUPERÁVIT OU DEFICIT DO PERÍODO</u>		<u>9.697.042,41</u>	<u>7.212.479,95</u>

Moises Moacir da Silva
 Presidente
 CPF 574.345.654-20

Jairo Cesar Silva dos Anjos
 Tesoureiro
 CPF 517.294.310-20

Gustavo Barbosa dos Santos
 Técnico
 CRC PE 021083/O-5

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

	Patrimônio Social	Fundo de Imobilizado	Outras Reservas	Superávit/Déficit do Período	T O T A L
Saldos em 31 /12/ 2015	1.273.036,26	-	-	(143.489,13)	1.129.547,13
Incorporação do Déficit de 2015	(143.489,13)	-	-	143.489,13	-
Déficit do Período				(211.256,55)	(211.256,55)
Saldos em 31 /12/ 2016	1.129.547,13	-	-	(211.256,55)	918.290,58
Incorporação do Déficit de 2016	(211.256,55)	-	-	211.256,55	-
Déficit do Período				(72.833,93)	(72.833,93)
Saldos em 31 /12/ 2017	918.290,58	-	-	(72.833,93)	845.456,65
Incorporação do Déficit de 2017	(72.833,93)	-	-	72.833,93	-
Cisão Patrimonial	25.040.895,02	-	-	-	25.040.895,02
Superávit do Período	-	-	-	5.198.350,07	5.198.350,07
Saldos em 31 /12/ 2018	25.886.351,67	-	-	5.198.350,07	31.084.701,74
Incorporação do Déficit de 2018	5.198.350,07	-	-	(5.198.350,07)	-
Cisão Patrimonial	-	-	-	-	-
Superávit do Período	-	-	-	9.949.935,88	9.949.935,88
Saldos em 31 /12/ 2019	31.084.701,74	-	-	9.949.935,88	41.034.637,62
Incorporação do Déficit de 2019	9.949.935,88	-	-	(9.949.935,88)	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-
Superávit do Período	-	-	-	7.212.479,95	7.212.479,95
Saldos em 31 /12/ 2020	41.034.637,62	-	-	7.212.479,95	48.247.117,57
Incorporação do Déficit de 2020	7.212.479,95	-	-	(7.212.479,95)	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-
Superávit do Período	-	-	-	9.697.042,41	9.697.042,41
Saldos em 31 /12/ 2021	48.247.117,57	-	-	9.697.042,41	57.944.159,98

Moises Moacir da Silva
 Presidente
 CPF 574.345.654-20

Jairo Cesar Silva dos Anjos
 Tesoureiro
 CPF 517.294.310-20

Gustavo Barbosa dos Santos
 Técnico
 CRC PE 021083/O-5

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO (Em reais)

Método Indireto

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Atividades Operacionais		
Superávlt do Período	9.697.042,41	7.212.479,95
Ajustes por:		
- Depreciação	1.980.167,88	1.768.386,22
- Provisões	(148.954,34)	135.402,16
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	11.528.255,95	9.116.268,33
Aumento nas contas a receber de clientes e outros	(662.564,36)	(1.885.025,27)
Redução em Despesas Antecipadas	909.981,03	(82.767,55)
Redução em Realizável a Longo Prazo	116.010,31	(127.522,22)
Aumento em Fornecedores	1.585.074,38	(1.634.617,18)
Redução Fundos em Confiança	(167.497,39)	513.480,31
Aumento Receitas Antecipadas	1.378.766,36	(762.833,42)
Aumento do Passivo Não Circulante	515.274,55	(3.115.190,92)
Caixa Consumido das Atividades Operacionais	3.675.044,88	(7.094.476,25)
Atividades de Investimento		
Compra de ativo imobilizado	(9.417.316,32)	(2.585.403,24)
Caixa Consumido nas Atividades de Investimento	(9.417.316,32)	(2.585.403,24)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais, Investimento e Financi	5.785.984,51	(563.611,16)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	14.172.122,82	14.735.733,98
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	19.958.107,33	14.172.122,82
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	5.785.984,51	(563.611,16)

Moises Moacir da Silva
Presidente
CPF 574.345.654-20

Jairo Cesar Silva dos Anjos
Tesoureiro
CPF 517.294.310-20

Gustavo Barbosa dos Santos
Técnico
CRC PE 021083/O-5

INSTITUIÇÃO ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO LESTE BRASILEIRA

Rua José Bezerra de Albuquerque, 210 – Prazeres – Jaboatão dos Guararapes – PE
Entidade Filantrópica – conforme Portaria nº 1.005, de 22/09/2017, exarado nos autos do
processo nº 23000.014619/2014-19

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

INSTITUIÇÃO ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO LESTE BRASILEIRA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. **17.763.911/0001-73**, é uma associação civil, com personalidade Jurídica de Direito Privado, sem finalidade de lucros, de caráter educacional, que tem por finalidade a educação infantil, o ensino fundamental e médio, com seu vigente Estatuto Social registrado no Cartório Eduardo Malta, Ofício do Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Jaboatão dos Guararapes – PE, sob o n.º 5614, Protocolo 47929, registrado em 27 de novembro de 2017. Como entidade beneficente de assistência social, de fins educacionais, culturais e filantrópicos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial no ramo da educação, tem sua imunidade tributária observando os requisitos: É imune a incidência de impostos por força do artigo 150, inciso VI alínea “c” e seu parágrafo 4º e artigo 195 parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, e, para tanto: a) não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; b) aplica integralmente no país os recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e, c) mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

a) Unidades Mantidas – A INSTITUIÇÃO ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO LESTE BRASILEIRA, mantém 13 (treze) Escola de Educação Básica, denominada de estabelecimento, distribuídas nos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, devidamente reconhecidas pelo Ministério da Educação.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2021, as demonstrações contábeis consolidadas, foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards -IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. As demonstrações contábeis também foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC Nº 1.185/09 e Resolução CFC Nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC Nº 1.305/2010, que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1), para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes, de variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e das informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

NOTA 03 – FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 (NBC ITG 2000 (R1))

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis são elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas nos Livros Diário e Razão e posteriormente transmitidas em formato digital ao SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) da Receita Federal do Brasil através da ECD (Escrituração Contábil Digital) e ECF (Escrituração Contábil Fiscal), tendo sua autenticação comprovada pelo recibo eletrônico de entrega, conforme DECRETO Nº 8.683, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016. A documentação contábil é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”, sendo mantidos em boa ordem.

NOTA 04 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (NBC TG 03 R1) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC Nº 1.185/09 e Nº 1.376/11 (NBC TG 26) – Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado. Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica “investimentos de curto prazo”.
- b) Ativos e passivos circulantes:** os ativos e passivos circulantes estão sendo demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os ativos e passivos circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.
- c) Provisão para férias e encargos:** As férias, bem como os seus encargos, foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.
- d) As receitas e as despesas:** De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e em especial a NBC T 10.19.2.1., ITG 2002(R1) (item 8.) e Portaria Normativa nº 15/2017, as receitas e despesas foram reconhecidas respeitando os princípios da competência.
- e) Apuração do resultado:** O resultado foi apurado segundo o princípio de competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.
- f) Prazos:** os ativos realizáveis e os passivos exigíveis, até o encerramento do exercício seguinte, são classificados como circulante. Os valores exigidos após o exercício seguinte foram classificados como longo prazo.
- g) Provisões:** Constituída no balanço quando a entidade possuir uma obrigação presente como resultado de evento passado, com provável saída de recursos econômicos, onde foi estimado de forma confiável o valor da obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

NOTA 05 – ATIVO CIRCULANTE (CONTAS A RECEBER)

O grupo de “Contas a Receber” está demonstrado da seguinte forma:

Contas a Receber	Dezembro/2021
Prestação de Serviços Educacionais - Exercício Corrente	2.541.246,89
Prestação de Serviços Educacionais - Exercícios Anteriores	4.258.018,89
Outros Créditos	4.733.834,68
(-) Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa	-5.635.563,93
TOTAL	5.897.536,53

- a) A inadimplência decorrente das prestações de serviços educacionais do exercício 2021 totalizam R\$ 2.541.246,89;
- b) O subgrupo “Outros créditos” consiste em operações a serem liquidadas pelas operadoras de cartão de crédito durante o exercício subsequente no valor de R\$ 1.695.245,02, Outras Contas a Receber R\$ 2.935.310,06 e R\$ 103.279,60, referente adiantamento de férias;
- c) O restante do grupo “Contas a Receber” é constituído de R\$ 4.258.018,89 que se refere as prestações de serviços de exercícios anteriores e a dedução de R\$ -5.635.563,93 da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- d) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base percentual no histórico de inadimplência dos últimos 4 (quatro) anos, conforme discorrido nesta nota nos itens anteriores, julgada satisfatória frente ao saldo do grupo contábil, conforme mencionado na Nota 5c.

NOTA 06 – ESTOQUES

Os estoques foram avaliados pelo custo médio ponderado móvel de aquisição e/ou produção, despojados dos impostos recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se a livros e outras mercadorias destinadas ao consumo interno e para a comercialização.

NOTA 07 – ATIVO NÃO CIRCULANTE (REALIZÁVEL A LONGO PRAZO)

Os saldos apresentados nesta conta estão atualizados até a data do balanço e refere-se a depósitos judiciais e créditos juntos diversas pessoas jurídicas, com prazo de realização/recebimento superior a doze (12) meses.

NOTA 08 – ATIVO NÃO CIRCULANTE (IMOBILIZADO)

Os ativos imobilizados estão contabilizados pelo seu valor de aquisição, deduzida a depreciação. Qualquer gasto com manutenção/conservação do ativo imobilizado é reconhecido como despesa quando incorrido. Os bens e direitos do imobilizado são periodicamente avaliados para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação na finalidade de atender a Lei Nº 11.638/07, Deliberação CVM Nº 583/2009 e Resolução do CFC Nº 1.177/2009 (NBC TG 27).

No ano de 2021, em conformidade com NBC TG 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de Ativos, aprovada pela Resolução 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade, a administração não identificou qualquer evidência de falta de recuperabilidade de ativos. No que se refere ao ativo imobilizado, destaca-se

que em períodos anteriores não foram realizadas reavaliações dos bens e eles sempre foram depreciados pelas taxas permitidas pela Receita Federal do Brasil, o que constitui forte indicativo que o valor residual contábil não é superior ao valor recuperável, além do que não existem estruturas que não estejam sendo utilizadas e produzindo resultado positivos. A metodologia utilizada também segue outros princípios aprovados pela Deliberação CVM 527 de 01.11.2007, retificada conforme publicação de 09.12.2007, bem como, as Normas ABNT que tratam da avaliação de bens e determinação da vida útil: ABNT nº 14.653-1 – Procedimento Gerais; ABNT nº 14.653-2 – Imóveis Urbanos; e ABNT nº 14.653-5 – Máquinas e Equipamentos e Outros Bens.

NOTA 09 – DAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

As obrigações foram cumpridas nos prazos e as provisionadas estão representadas pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de obrigações empregatícias, tributárias, fornecedores e outras obrigações bem como as provisões sociais.

a) Passivos circulantes:

Provisões – São provisões de natureza trabalhista decorrentes das férias e encargos as quais foram constituídas a medida em que o empregado adquire o direito exigível na forma proporcional ao período trabalhado.

Fundos em Confiança – Consiste num fundo referente as atividades extracurriculares que será apropriado conforme competência no exercício seguinte.

Adiantamentos de Clientes – São receitas antecipadas de prestação de serviços decorrente de matrículas para o ano seguinte, as quais serão reconhecidas na sua respectiva competência.

NOTA 10 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE (REALIZÁVEL A LONGO PRAZO)

Os saldos apresentados nesta conta estão atualizados até a data do balanço e refere-se a Empréstimos juntos a diversas pessoas jurídicas, com prazo de realização/recebimento superior a doze (12) meses.

NOTA 11 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido com saldo inicial de R\$ **48.247.117,57** passou a R\$ **57.944.159,98** tendo ocorrido, no decorrer do exercício, às seguintes modificações:

a) Superávit ou Déficit do Exercício: transferência do superávit/déficit do exercício de 2020 para o patrimônio social no valor de R\$ **7.212.479,95**, pelo registro do superávit/déficit do exercício de 2021 no valor de R\$ **9.697.042,41**.

NOTA 12 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

O superávit do exercício de 2021 será absorvido pela conta Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a resolução 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros em seu item 15.

NOTA 13 – CLASSIFICAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS

As receitas e despesas da entidade foram classificadas em três grandes grupos, sendo eles “Receitas e Despesas Educacionais”, “Outras Receitas e Despesas Educacionais” e “Outras Receitas e Despesas”. As receitas de prestação de serviços foram reconhecidas pelo valor bruto, totalizando em 2021 R\$ 61.829.927,00 e em 2020 R\$ 60.543.767,74, um aumento em percentual de 2,12%.

NOTA 14 – APLICAÇÃO EM GRATUIDADES - BOLSAS PRÓPRIAS

A assistência educacional própria é feita por processo seletivo para alunos carentes, de acordo com o programa de Assistência Educacional da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO LESTE BRASILEIRA, na escola mantida, regulamentado pelas normas expedidas pelo Conselho de Administração e encontra-se contabilizada em conta própria “Concessão de Gratuidades Educacionais” e consta no relatório de atividades da entidade.

a) CRITÉRIO UTILIZADO PARA A APLICAÇÃO DE RECURSOS EM GRATUIDADES

Para a concessão de gratuidades em 2021, a entidade seguiu os critérios previstos na Lei Nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, Decreto Nº 8.242/2014, com respaldo no artigo 16 da Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013.

b) DA CONCESSÃO DE RECURSOS EM GRATUIDADES

A INSTITUIÇÃO ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO LESTE BRASILEIRA, em 2021 e 2020, aplicou recursos em gratuidades, totalizando o valor de R\$ 15.151.209,28 e R\$ 16.359.686,05 respectivamente, aplicado no programa de bolsas da educação básica.

NOTA 15 – PROPORCIONALIDADE DE UMA BOLSA INTEGRAL – UM ALUNO – PARA CADA CINCO (5) PAGANTES:

Lei 12.101/2009 e 12.868/2013.

Ano 2021:

Regra do 1 X 5:	
Descrição	Controle Entidade
Total de Matriculados	7.659
(–) Bolsas Sociais 100%	-1.057
(–) Bolsas Funcionais 100%	-388
(–) Bolsas Sociais 100% - Deficientes Físicos	-26
Total de Pagantes	6.188
Bolsas Sociais Integrais a Conceder	1.238
Bolsas Sociais Integrais Concedidas	1.088
Bolsas Integrais Excedentes	150
Bolsas Sociais 50%	578
Utilização das Bolsas Sociais 50%	289
Bolsas Sociais Integrais a Conceder	1.238
Bolsas Sociais Integrais Concedidas	1.377
Bolsas Integrais Excedentes	139

Lei 12.101/2009 e 12.868/2013.

Ano 2020:

Regra do 1 X 5:	
Descrição	
Total de Matriculados	7.229
(–) Bolsas Sociais 100%	-1.321
(–) Bolsas Funcionais 100%	-380
Total de Pagantes	5.528
Bolsas Sociais Integrais a Conceder	1.106
Bolsas Sociais Integrais Concedidas	1.321
Bolsas Integrais Excedentes	215
Bolsas Sociais 50%	505
Utilização das Bolsas Sociais 50%	253
Bolsas Sociais Integrais a Conceder	1.106
Bolsas Sociais Integrais Concedidas	1.574
Bolsas Integrais Excedentes	468

NOTA 16 – PROPORCIONALIDADE DE UMA BOLSA INTEGRAL – UM ALUNO – PARA CADA NOVE (9) PAGANTES:

Lei 12.101/2009 e 12.868/2013.

Ano 2021:

Regra do 1 X 9:	
Descrição	Controle Entidade
Total de Alunos	7.659
(–) Bolsas Sociais 100%	-1.057
(–) Bolsas Funcionais (100%)	-388
(–) Bolsas Sociais 100% - Deficientes Físicos (Peso 1,2)	-26
	-31
Total de Pagantes	6.183
Bolsas Sociais Integrais a Conceder	687
Bolsas Sociais Integrais Concedidas	1.088
Bolsas Integrais Excedentes	401

Lei 12.101/2009 e 12.868/2013.

Ano 2020:

Regra do 1 X 9:	
Item	Controle Entidade
Total de Alunos	7.229
(–) Bolsas Sociais 100%	-1.321
(–) Bolsas Funcionais (100%)	-380
Total de Pagantes	5.528
Bolsas Sociais Integrais a Conceder	615
Bolsas Sociais Integrais Concedidas	1.321
Bolsas Integrais Excedentes	706

NOTA 17 – DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

A entidade recebeu em 2021 e 2020 doações da pessoa jurídica União Nordeste Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia conforme Regimentos Estatutário, no montante de R\$ 4.209.057,78 e R\$ 3.700.082,82 respectivamente, com finalidade de apoio aos estudos em Religião na área educacional. A entidade não recebeu, em ambos os exercícios, nenhuma outra forma de subvenções e/ou doações governamentais.

NOTA 18 – OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

- a) **Outras Receitas:** Essas receitas correspondem em menor proporção às reversões de provisões para créditos de liquidação duvidosas que foram constituídas em anos anteriores, além das receitas de atividades extracurriculares que totalizam R\$ 1.216.487,60.
- b) **Outras Despesas:** O grupo é constituído pelas baixas de bens obsoletos do grupo imobilizado e de despesas de exercícios anteriores não relacionadas com as atividades do exercício atual.

NOTA 19 – PROVISÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES

Em atendimento a Resolução CFC 1.180/09 não foi necessário o registro contábil de contingências, por não existir, até o encerramento deste balanço, processos ou eventos que resulte uma provável saída de recursos econômicos.

NOTA 20 – SEGUROS CONTRATADOS

A entidade mantém seguros para os bens do imobilizado, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos envolvidos, decorrentes de suas atividades.

NOTA 21 – DOS RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados nas finalidades institucionais de conformidade com o regimento estatutário, demonstrados pelas despesas e investimentos patrimoniais.

NOTA 22 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC Nº 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e de acordo com a Resolução Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13. O método optado na elaboração do Fluxo de Caixa foi o indireto.

NOTA 23 – AJUSTE A VALOR PRESENTE

Em cumprimento a Resolução 1.151/09 e a Lei 11.638/07 a entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. Ainda, em atendimento a legislação supracitada, a entidade deve efetuar o Ajuste a Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa o valor de um direito ou obrigação e descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Em análise efetuada nos saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não circulantes, não foi necessário efetuar o Ajuste a Valor Presente, pois estas rubricas não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09.

NOTA 24 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

A entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei Nº 11.638/07, Deliberação da CVM Nº 639, Resolução CFC Nº 1.292/10 que aprova (NBC TG 01). Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Como não existiu tal evidência, não foi necessário qualquer lançamento contábil para redução dos valores contabilizados, e assim não foi necessário constituir provisões para recuperação de ativos imobilizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

NOTA 25 – BENEFÍCIOS COM A ISENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

O benefício usufruído pela entidade com a isenção da cota patronal do INSS e outros está demonstrado no quadro abaixo:

INSS:

Contribuições Sociais - Isenção	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Cota Patronal - 20%	3.840.332,70	3.282.245,41
RAT - 2%*	189.493,72	159.790,28
Terceiros – 4,5%**	852718,14	731.587,49
Total das Contribuições Sociais	4.882.544,56	4.173.623,18

Nota: * O RAT pode variar de 1% a 3%, dependendo do grau de risco de cada Entidade.

Nota: ** Algumas entidades podem ter o percentual de terceiros de 4,5%.

NOTA 26 –TRABALHO VOLUNTÁRIO

A entidade NÃO contou com o apoio de voluntários no decorrer do exercício de 2021.

Jaboatão dos Guararapes, 31 de dezembro de 2021.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Diretoria da
INSTITUIÇÃO ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO LESTE BRASILEIRA
Jaboatão dos Guararapes – PE

1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO LESTE BRASILEIRA, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO LESTE BRASILEIRA em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. BASE PARA A OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Entidade é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

4. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos trabalhos visam obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e, assim, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- b) Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- c) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- d) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- e) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- f) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas inevidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- g) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Auditores Associados

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

6. OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior – Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, conforme relatório datado de 28 de maio de 2021, o qual não conteve qualquer modificação.

* * *

Porto Alegre, 5 de maio de 2022

Nilton Antonio Tiellet Borges
Contador CRC RS-015233/O-8 S-PE - CNAI 81
Registro CVM Ato Declaratório 5417, DOU 14/05/99 - Código CVM 7722
CPF 005.449.140-15

TSA Auditores Associados Sociedade Simples
CRC RS-004240/O-1 S-PE
CNPJ 05.750.330/0001-18